

Uso de antidepressivos no Brasil de 2020 a 2025

Use of antidepressants in Brazil from 2020 to 2025

Uso de antidepresivos en Brasil de 2020 a 2025

Recebido: 13/11/2025 | Revisado: 24/11/2025 | Aceitado: 25/11/2025 | Publicado: 26/11/2025

Letícia Moura de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-6839-5188>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: letticiamouradesouza211@gmail.com

Ana Cristina da Silva Pinto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4557-4668>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: anacristinadsp@gmail.com

Susy Christine Goes de Melo Martins

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6466-8151>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: susy.martins@fatecamazonia.com.br

Eduardo da Costa Martins

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0560-8890>
Centro Universitário Fametro, Brasil
E-mail: eduardo.martins@fametro.edu.br

Resumo

O uso de antidepressivos tem se expandido de forma significativa no Brasil nos últimos anos, configurando-se como um fenômeno de relevância para a saúde pública. Entre 2020 e 2025, observou-se um aumento expressivo na prescrição e no consumo desses medicamentos, impulsionado tanto pelo crescimento dos diagnósticos de transtornos depressivos quanto pelo impacto de fatores sociais, econômicos e sanitários, como a pandemia de COVID-19. Este estudo delimita-se à análise das tendências de utilização dos antidepressivos no período em questão, considerando aspectos relacionados ao perfil dos usuários, às motivações para o consumo, às repercussões clínicas e psicosociais e às estratégias de regulação e controle. O objetivo geral consiste em compreender as implicações do uso ampliado de antidepressivos no Brasil, investigando as razões que levaram à intensificação das prescrições, os efeitos observados na qualidade de vida dos pacientes e as possíveis consequências decorrentes do uso contínuo. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão de literatura, em artigos científicos, e bases de dados epidemiológicos do Google Scholar, LILACS e SCIELO, com o foco em artigos em português. Os resultados apontam que, embora os antidepressivos desempenhem papel fundamental no tratamento da depressão e de outros transtornos psiquiátricos, o uso indiscriminado pode estar associado a dependência psicológica, efeitos adversos e medicalização excessiva do sofrimento social. Conclui-se que é necessário ampliar políticas públicas de saúde mental, fortalecer estratégias de acompanhamento terapêutico e promover campanhas de conscientização sobre o uso racional de antidepressivos, de modo a equilibrar os benefícios clínicos e a prevenção de riscos.

Palavras-chave: Antidepressivos; Dependência; Saúde mental.

Abstract

The use of antidepressants has expanded significantly in Brazil in recent years, constituting a phenomenon of relevance for public health. Between 2020 and 2025, there was a notable increase in the prescription and consumption of these medications, driven both by the growth in diagnoses of depressive disorders and by the impact of social, economic, and health-related factors, such as the COVID-19 pandemic. This study is limited to analyzing trends in antidepressant use during the period in question, considering aspects related to users' profiles, motivations for consumption, clinical and psychosocial repercussions, and regulation and control strategies. The general objective is to understand the implications of the increased use of antidepressants in Brazil, investigating the reasons behind the intensification of prescriptions, the effects observed on patients' quality of life, and the possible consequences resulting from continuous use. The research was conducted through a literature review, using scientific articles and epidemiological databases from Google Scholar, LILACS, and SCIELO, focusing on articles in Portuguese. The results indicate that, although antidepressants play a fundamental role in the treatment of depression and other psychiatric disorders, indiscriminate use may be associated with psychological dependence, adverse effects, and excessive medicalization of social suffering. It is concluded that it is necessary to expand public mental health

policies, strengthen therapeutic follow-up strategies, and promote awareness campaigns about the rational use of antidepressants, in order to balance clinical benefits and risk prevention.

Keywords: Antidepressants; Dependence; Mental health.

Resumen

El uso de antidepresivos se ha expandido de manera significativa en Brasil en los últimos años, configurándose como un fenómeno de relevancia para la salud pública. Entre 2020 y 2025, se observó un aumento expresivo en la prescripción y el consumo de estos medicamentos, impulsado tanto por el crecimiento de los diagnósticos de trastornos depresivos como por el impacto de factores sociales, económicos y sanitarios, como la pandemia de COVID-19. Este estudio se limita al análisis de las tendencias de utilización de los antidepresivos en el período en cuestión, considerando aspectos relacionados con el perfil de los usuarios, las motivaciones para el consumo, las repercusiones clínicas y psicosociales y las estrategias de regulación y control. El objetivo general consiste en comprender las implicaciones del uso ampliado de antidepresivos en Brasil, investigando las razones que llevaron a la intensificación de las prescripciones, los efectos observados en la calidad de vida de los pacientes y las posibles consecuencias derivadas del uso continuo. La investigación se desarrolló a través de una revisión de literatura en artículos científicos y bases de datos epidemiológicas de Google Scholar, LILACS y SCIELO, con enfoque en artículos en portugués. Los resultados indican que, aunque los antidepresivos desempeñan un papel fundamental en el tratamiento de la depresión y otros trastornos psiquiátricos, su uso indiscriminado puede estar asociado con dependencia psicológica, efectos adversos y medicalización excesiva del sufrimiento social. Se concluye que es necesario ampliar las políticas públicas de salud mental, fortalecer las estrategias de seguimiento terapéutico y promover campañas de concienciación sobre el uso racional de los antidepresivos, con el fin de equilibrar los beneficios clínicos y la prevención de riesgos.

Palabras clave: Antidepresivos; Dependencia; Salud mental.

1. Introdução

O uso de antidepressivos e ansiolíticos entre jovens tem apresentado crescimento contínuo nas últimas décadas, acompanhando o aumento dos diagnósticos de transtornos de ansiedade, depressão e estresse. Esse fenômeno reflete não apenas transformações socioculturais, marcadas pela aceleração do tempo, pela sobrecarga de informações e pela pressão por desempenho, mas também uma tendência crescente à medicalização do sofrimento psíquico. Os antidepressivos, como a fluoxetina, a sertralina e o escitalopram, pertencentes à classe dos inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS), atuam sobre a neurotransmissão serotoninérgica, elevando a disponibilidade sináptica desse neurotransmissor e promovendo a regulação do humor. Já os ansiolíticos, representados principalmente pelos benzodiazepínicos, como o diazepam e o clonazepam, exercem efeito modulador sobre o ácido gama-aminobutírico (GABA), resultando em ação ansiolítica, sedativa e miorrelaxante. Embora eficazes no controle sintomático, esses fármacos apresentam perfis farmacocinéticos distintos: os antidepressivos, com meias-vidas mais longas, exigem uso contínuo para alcance do efeito terapêutico; os benzodiazepínicos, de ação mais imediata, possuem risco elevado de tolerância e dependência (Cavalcanti; Barbosa & Barroso, 2023).

“Como afirmam Cavalcanti, Barbosa e Barroso (2023), o crescimento acelerado do consumo de antidepressivos entre jovens não pode ser compreendido apenas como consequência do aumento dos diagnósticos, mas como reflexo de uma sociedade que tem recorrido cada vez mais à medicalização para responder a tensões emocionais, sociais e estruturais. Os autores destacam que o uso desses medicamentos, quando prescrito sem acompanhamento contínuo ou adotado como solução imediata para sofrimentos cotidianos, pode invisibilizar fatores determinantes como pressões acadêmicas, desigualdades socioeconômicas e fragilidades nos serviços de saúde mental. Nesse sentido, a expansão do consumo de psicotrópicos revela não apenas a busca por alívio rápido, mas também a urgência de fortalecer políticas públicas, reorganizar práticas de cuidado e promover um olhar mais humanizado sobre o sofrimento psíquico. Assim, compreender o fenômeno exige ultrapassar a dimensão biomédica e reconhecer que o medicamento, embora importante, não deve substituir abordagens terapêuticas integradas, capazes de acolher o indivíduo em sua totalidade.”

Tais transtornos estão intimamente ligados à diminuição dos níveis de neurotransmissores, como serotonina e noradrenalina, fundamentais para a regulação do humor, do sono e do comportamento emocional. Essa relação bioquímica

reforça a importância do uso racional e criterioso de antidepressivos e ansiolíticos, que atuam justamente sobre esses sistemas neurotransmissores.

Do ponto de vista farmacodinâmico, a associação inadequada entre antidepressivos e ansiolíticos pode intensificar reações adversas relevantes, incluindo sonolência acentuada, comprometimento cognitivo, síndrome serotoninérgica e aumento do risco de quedas, especialmente em pacientes idosos. Além disso, interações medicamentosas envolvendo álcool, anticonvulsivantes e analgésicos opioides agravam o perfil de toxicidade desses fármacos e reduzem a margem de segurança terapêutica. Nesse contexto, torna-se essencial o fortalecimento das práticas de farmacovigilância, com destaque para a notificação sistemática de Reações Adversas a Medicamentos (RAMs) e para a consolidação de programas de uso racional coordenados por farmacêuticos clínicos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Tais ações contribuem para a redução da subnotificação, o aprimoramento do monitoramento pós-comercialização e a identificação de padrões de uso inadequado, favorecendo intervenções educativas voltadas à promoção da adesão terapêutica e à prevenção de eventos adversos (Alencar, Holanda & Oliveira Junior, 2022).

O aumento do consumo de antidepressivos no Brasil entre 2020 e 2025 deve ser interpretado à luz de duas dimensões complementares: as mudanças epidemiológicas, que indicam maior procura por cuidado em saúde mental, e as alterações observadas na oferta e dispensação de psicofármacos no mercado nacional. Relatórios de mercado e levantamentos oficiais apontam crescimento expressivo das vendas e da representatividade dos antidepressivos entre os medicamentos de uso contínuo. Em 2023, a consultoria IQVIA (2024) registrou elevação significativa nas vendas, dado posteriormente analisado pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), que identificou um aumento de 11% nas unidades vendidas de antidepressivos e estabilizadores de humor entre 2022 e 2023, com variações estaduais, como a Paraíba, que apresentou incremento de 17%. Adicionalmente, levantamento nacional recente indicou aumento de 18,6% no consumo de medicamentos para saúde mental nos dois anos anteriores (2022–2024), dos quais aproximadamente 74% corresponderam a antidepressivos, o que evidencia uma expansão real de mercado e demanda crescente por vigilância e políticas públicas específicas.

Segundo Tiguman et al. (2023), a prevalência de uso de antidepressivos no Brasil apresenta distribuição desigual por sexo e faixa etária. A revisão sistemática conduzida pelos autores estimou prevalência pontual de uso anual de cerca de 2,3% entre mulheres e 0,5% entre homens, com predominância entre idosos ($\approx 12,2\%$) em comparação aos adultos ($\approx 5,6\%$). Esses dados reforçam a necessidade de planejamento diferenciado dos serviços de saúde, considerando as vulnerabilidades associadas a gênero, idade e condições socioeconômicas.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), análises de bases administrativas, como o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) e o DATASUS, apontam aumento consistente na dispensação de psicotrópicos, especialmente antidepressivos e benzodiazepínicos, durante o período pandêmico (2020–2022). Paralelamente, dados de farmacovigilância provenientes dos sistemas Vigimed e Notivisa registraram incremento nas notificações de reações adversas, refletindo maior exposição populacional a esses medicamentos (Teles et al., 2022). Essa tendência corrobora o impacto da pandemia sobre o consumo de psicofármacos e ressalta a importância do monitoramento contínuo da prescrição e dispensação.

Os dados epidemiológicos oficiais do Ministério da Saúde e as estimativas globais da Organização Mundial da Saúde (OMS) contextualizam a magnitude do problema. O Portal do Ministério da Saúde indica que a prevalência ao longo da vida de depressão no Brasil aproxima-se de 15,5%, enquanto a OMS destaca que os transtornos depressivos e ansiosos estão entre as principais causas de incapacidade global, com impacto socioeconômico expressivo. Essa carga de doença apresenta variações regionais e demográficas relevantes, o que exige estratégias diferenciadas de prevenção e cuidado em saúde mental (Brasil, 2023).

Segundo Cabral, Coelho, Lacerda, Mendes (2020) a depressão representa um importante problema de saúde pública, com repercussões clínicas, sociais e econômicas. Além de comprometer a produtividade e o bem-estar dos indivíduos, a doença eleva significativamente os custos públicos com a aquisição de medicamentos e tratamentos especializados. Nesse contexto, o presente estudo delimita-se à análise do impacto do uso de antidepressivos no Brasil no período de 2020 a 2025, com foco especial na população jovem. Busca-se compreender os aspectos relacionados à prescrição, ao acesso e ao consumo desses medicamentos, bem como os efeitos sobre o comportamento, a saúde mental e a qualidade de vida. A pesquisa inclui tanto o uso sob prescrição médica quanto práticas de automedicação e uso indevido, que ampliam riscos e evidenciam fragilidades no controle e na orientação do consumo.

O objetivo geral deste estudo consiste em compreender as implicações do uso ampliado de antidepressivos no Brasil, analisando os fatores que contribuíram para a intensificação das prescrições, os impactos observados na qualidade de vida dos usuários e as possíveis consequências associadas ao uso contínuo desses medicamentos. Especificamente, pretende-se identificar os determinantes do uso de antidepressivos e ansiolíticos entre os jovens, examinar os efeitos físicos e psicológicos decorrentes do consumo e avaliar estratégias de conscientização, regulação e prevenção. Dessa forma, o trabalho busca fomentar uma reflexão crítica sobre o fenômeno da medicalização da juventude, ampliando a compreensão sobre o papel da sociedade, das instituições médicas e do sistema de saúde nesse processo.

A relevância acadêmica e social desta pesquisa reside na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o uso crescente de antidepressivos e ansiolíticos no país, fenômeno que ultrapassa os limites do campo biomédico e envolve dimensões socioculturais e econômicas. A partir da revisão de literatura, pretende-se discutir de que modo a busca por alívio rápido dos sintomas emocionais tem favorecido a banalização do uso de psicofármacos, muitas vezes em detrimento de abordagens terapêuticas mais amplas, como o acompanhamento psicológico e as práticas integrativas de cuidado. Assim, este estudo pretende contribuir para o campo da saúde mental ao oferecer subsídios teóricos e empíricos que possam orientar políticas públicas voltadas à regulação, ao monitoramento e à promoção do uso racional de medicamentos.

A estrutura do trabalho organiza-se em seções que apresentam inicialmente a metodologia empregada na pesquisa, seguida pelos resultados e pela discussão fundamentada nos estudos analisados, com foco nas implicações do uso de antidepressivos sobre a saúde mental, particularmente entre os jovens. Por fim, a conclusão sintetiza os achados e propõe caminhos para futuras investigações e ações voltadas à conscientização e à prevenção do uso indiscriminado desses fármacos.

2. Metodologia

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica sistemática (Snyder, 2019) de caráter quantitativa em relação aos 20 (vinte artigos) artigos selecionados para o estudo e, qualitativa em relação às discussões sobre os artigos selecionados e compreender fenômenos em profundidade, considerando significados, percepções e interpretações. (Pereira et al., 2018). O estudo tem como finalidade compreender os fatores associados ao uso desses medicamentos, os efeitos físicos e psicológicos decorrentes e as estratégias de conscientização e controle adotadas no país.

O caráter exploratório justifica-se pela necessidade de compreender um campo ainda pouco abordado na literatura nacional. A metodologia adotada buscou não apenas descrever o fenômeno, mas compreender suas múltiplas dimensões, clínicas, sociais e culturais, no contexto contemporâneo brasileiro.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi estruturada em três etapas metodológicas, detalhadas a seguir:

2.1 Levantamento e seleção das fontes

O levantamento bibliográfico foi conduzido entre janeiro de 2020 e setembro de 2025 nas bases SciELO, LILACS e Google Scholar, privilegiando estudos em língua portuguesa e de acesso público. Foram empregados os descritores

padronizados MeSH/DeCS: *Antidepressants, Anti-Anxiety Agents, Psychotropic Drugs, Drug Utilization, Adolescent, Rational Use of Medicines, Mental Health e Brazil*. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, conforme a finalidade analítica da busca.

Foram identificadas 87(oitenta e sete) publicações inicialmente. Após a leitura dos títulos e resumos, 32(trinta e dois) estudos foram excluídos por duplicidade, ausência de método definido ou por tratarem de contextos internacionais sem relação direta com o cenário brasileiro. Após a leitura dos títulos e resumos de 55 artigos foram excluídos 35 (trinta e cinco) por não atenderem ao escopo temático estabelecido e por fim, 20(vinte)estudos compuseram a amostra final que atenderam integralmente aos parâmetros de inclusão

Os critérios de inclusão e exclusão adotados nesta pesquisa foram definidos de forma a garantir a relevância, a atualidade e a consistência metodológica das fontes analisadas. Inicialmente, foram considerados elegíveis os estudos publicados entre meses de janeiro do ano de 2020 a setembro no ano de 2025, redigidos em língua portuguesa e com foco específico no consumo de antidepressivos e/ou ansiolíticos no contexto brasileiro. Além disso, incluíram-se apenas as produções que abordavam, de maneira direta ou indireta, os efeitos físicos, psicológicos ou sociais decorrentes do uso dessas substâncias, bem como aquelas que apresentavam discussões sobre políticas públicas, práticas de farmacovigilância ou estratégias de prevenção e conscientização voltadas à saúde mental.

Foram excluídos, por outro lado, os trabalhos que se concentravam exclusivamente em populações hospitalares, uma vez que o objetivo central deste estudo é compreender o fenômeno do consumo desses medicamentos em um contexto populacional mais amplo. Também foram desconsideradas as produções que apresentavam revisões sem metodologia claramente definida, de modo a preservar a consistência científica da amostra. Igualmente, foram excluídos os estudos que tratavam de psicofármacos distintos dos antidepressivos e ansiolíticos, como os antipsicóticos e estabilizadores de humor, por não atenderem ao escopo temático estabelecido. Por fim, foram removidas as duplicações identificadas entre as bases consultadas, a fim de evitar vieses na análise.

Após a aplicação desses critérios, chegou-se a um total 20 (vinte) estudos que atenderam integralmente aos parâmetros de inclusão. Esses trabalhos foram submetidos à leitura completa e à análise qualitativa, incluídos neste estudo nos resultados e discussões, permitindo a construção de uma compreensão aprofundada sobre os padrões de consumo, os fatores associados e as implicações sociais e psicológicas do uso de antidepressivos e ansiolíticos na população brasileira, com ênfase na faixa etária jovem. São eles: Andrade et al. (2020); Cabral, Coelho, Lacerda e Mendes (2020); Neri, Teston e Araújo (2020); Rodrigues et al. (2020); Santos, Paula e Carvalho (2020); Carvalho (2020); Silva e Alvim (2020); Souza et al. (2021); Nunes (2021); Silva (2021); Wilkon, Rufato e Silva (2021); Alencar, Holanda e Oliveira Junior (2022); Santos, Góes e Marquez (2022); Cavalcanti, Barbosa e Barroso (2023); Santiago, Lucena e Araújo (2023); Lima, Silva e Andrade (2024); Silva et al. (2024); Gomes, Galvão e Lima (2025); Scolari, Rocha e Hebeda (2025); Custódio, Cancian e Malacarne (2025).

2.2 Análise e categorização dos dados

Em seguida, foi realizada a leitura crítica, análise detalhada e categorização dos dados extraídos das fontes selecionadas. Os estudos foram examinados com foco em três dimensões principais: (a) fatores que influenciam o consumo de antidepressivos e ansiolíticos, incluindo aspectos sociais, psicológicos e culturais; (b) efeitos físicos e psicológicos decorrentes do uso desses medicamentos, como dependência química, alterações cognitivas e impactos na qualidade de vida; e (c) estratégias de conscientização, regulação e prevenção implementadas por instituições de saúde, escolas e familiares. Essa categorização permitiu identificar padrões, divergências e lacunas na literatura, facilitando a compreensão das múltiplas dimensões do fenômeno e fornecendo subsídios para a construção de uma análise crítica sobre a medicalização da juventude.

2.3 Síntese e interpretação dos resultados

Na terceira etapa, os dados analisados foram sistematizados e interpretados à luz dos objetivos da pesquisa, permitindo compreender as implicações do uso ampliado de antidepressivos e ansiolíticos, assim como os impactos observados na qualidade de vida da população jovem. Essa etapa também envolveu a reflexão sobre os riscos associados à automedicação e ao uso prolongado, destacando a importância de políticas públicas, programas educativos e intervenções preventivas. A síntese final buscou integrar os achados em uma narrativa coerente, relacionando fatores sociais, psicológicos e clínicos, e fornecendo elementos teóricos que poderão orientar futuras pesquisas ou proposições de estratégias de intervenção, com vistas à promoção da saúde mental e ao uso racional de medicamentos psicotrópicos.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma compreensão aprofundada e abrangente do fenômeno estudado, evidenciando não apenas as consequências do uso de antidepressivos e ansiolíticos, mas também os desafios sociais e institucionais relacionados à sua regulação, prescrição e conscientização da população geral, principalmente os jovens.

3. Resultados e Discussão

Esta seção apresenta os resultados alcançados nas etapas estabelecidas na metodologia e no procedimento metodológico. Cada seção detalha os achados obtidos a partir da revisão de literatura, com base no objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa, além de uma discussão dos resultados à luz das contribuições teóricas de 20 (vinte) obras.

3.1 Fatores que levam o uso de antidepressivos

A primeira etapa da pesquisa buscou identificar os fatores que impulsionam o uso de antidepressivos e ansiolíticos principalmente entre os jovens. A seguir, são apresentados os resultados no Quadro 1, destacando os fatores e resultados observados por 09 (nove) estudos.

Quadro 1 - Fatores que levam a utilização de antidepressivos e ansiolíticos.

Autor/Ano	Fatores	Resultados
Andrade et al. (2020).	O uso de benzodiazepínicos está associado ao aumento de transtornos de ansiedade e estresse.	Crescimento no consumo de ansiolíticos, incluindo o lorazepam, devido ao aumento da ansiedade na sociedade contemporânea.
Cabral, Coelho & Lacerda, Mendes (2020).	Aumento do envelhecimento da sociedade, fatores sociodemográficos, socioculturais e pressão social influenciam o consumo de psicotrópicos.	As classes de antidepressivos mais utilizadas são os inibidores de monoamina oxidase (IMAO), antidepressivos tricíclicos, os antidepressivos inibidores seletivos da receptação de serotonina e os antidepressivos inibidores seletivos da receptação de serotonina e norepinefrina. Aumento do uso de antidepressivos como: a fluoxetina, a venlafaxina e a duloxetina.
Neri, Teston & Araújo (2020).	A pressão acadêmica como um dos principais fatores para o consumo de medicamentos antidepressivos e ansiolíticos.	Alta incidência de uso de antidepressivos e ansiolíticos entre universitários devido à pressão pelo desempenho acadêmico.
Souza et al. (2021).	Automedicação é uma prática comum entre estudantes para lidar com a ansiedade e o estresse.	Identificação de um aumento significativo na automedicação entre estudantes universitários.
Alencar, Holanda & Oliveira Junior (2022).	A depressão é considerada, a nível global, um dos principais problemas de saúde pública em que os estudantes universitários assumem especial de relevância.	Entre 15% e 25% dos estudantes apresentam transtornos neuropsiquiátricos, como depressão e ansiedade. Observou-se que, embora atuem na promoção da saúde, muitos negligenciam o próprio cuidado. As principais medicações utilizadas são Fluoxetina e Sertralina (50%).

Cavalcanti, Barbosa & Barroso (2023).	Aspectos legais e éticos sobre o uso de antidepressivos e ansiolíticos entre jovens.	Indicação inadequada de medicamentos por profissionais da saúde e automedicação como soluções rápidas para o estresse.
Lima, Silva & Andrade (2024).	O consumo de psicotrópicos, é um reflexo da crescente medicalização da sociedade.	A medicalização das dificuldades emocionais na sociedade tem gerado maior adesão ao uso de antidepressivos e ansiolíticos
Gomes, Galvão & Lima (2025).	Os motivos que levam alguns trabalhadores a utilizar medicamentos antidepressivos são inúmeros, entre eles estão trabalhando em setores de rotinas mais desgastantes, difícil relacionamento com colegas de trabalho.	Os estudos mostram a prevalência de utilização de medicamentos antidepressivos no ambiente de trabalho. Sendo os antidepressivos, antiepilepticos e os antipsicóticos considerados como as principais classes de psicofármacos utilizadas nos ambientes de trabalho.
Scolari, Rocha & Hebeda (2025).	Fase de transição da adolescência para a vida adulta, mudanças físicas, hormonais, sociais, busca pela identidade, autoconhecimento, aumento da expectativa acadêmica e profissional.	Em uma instituição de Santa Catarina, constatou-se que entre estudantes de medicina, 76,8% apresentavam ansiedade, 44,7% sintomas depressivos e 47,7% qualidade de sono regular. Do total, 30,4% faziam uso de antidepressivos e 7,8% de benzodiazepínicos. A psicoterapia foi adotada por 54,8% antes do uso de antidepressivos e associada ao tratamento por 46,2%. Entre os usuários de benzodiazepínicos, 54,2% recorreram à psicoterapia inicialmente e 37,5% combinaram-na com o tratamento medicamentoso.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

A partir do conjunto de estudos apresentados, observa-se um panorama complexo e multifacetado acerca do consumo de psicotrópicos em diferentes grupos sociais, especialmente jovens, universitários e trabalhadores. Os resultados evidenciam que o uso de psicofármacos não decorre de um único fator, mas emerge da interação entre demandas emocionais, pressões contextuais e fragilidades estruturais no cuidado em saúde mental.

Os achados de Andrade et al. (2020) e Neri, Teston e Araújo (2020) ilustram como a ansiedade e o estresse, intensificados por expectativas acadêmicas e sociais, contribuem para o aumento do consumo de ansiolíticos e antidepressivos. Em ambientes universitários, a pressão pelo desempenho, a sobrecarga de demandas e a busca por produtividade levam muitos estudantes a recorrer ao uso de medicamentos como estratégia de enfrentamento emocional. Tal comportamento é reforçado pela percepção de que determinadas substâncias, como benzodiazepínicos e ISRS, oferecem alívio rápido, ainda que temporário, dos sintomas.

A literatura também aponta para práticas preocupantes, como a automedicação. Estudos como o de Souza et al. (2021) destacam a normalização do uso de psicotrópicos entre estudantes, muitas vezes sem acompanhamento adequado. A automedicação surge como resposta imediata à ansiedade e ao estresse, mas acarreta riscos significativos, desde reações adversas até o desenvolvimento de dependência, sobretudo quando envolve benzodiazepínicos.

Outro eixo interpretativo importante refere-se aos determinantes socioculturais do consumo de medicamentos. Cabral et al. (2020) evidenciam como fatores como envelhecimento populacional, pressões socioculturais e dinâmicas econômicas influenciam a expansão do uso de antidepressivos. Não se trata apenas de uma questão individual, mas de um fenômeno moldado por transformações sociais mais amplas, nas quais a medicalização aparece como resposta rápida às tensões da vida contemporânea.

A análise de Alencar, Holanda e Oliveira Júnior (2022) complementa essa discussão ao mostrar que mesmo grupos com maior conhecimento sobre saúde, como estudantes da área, apresentam altas taxas de depressão, ansiedade e uso de antidepressivos. O dado de que 50% dos estudantes avaliados utilizavam fluoxetina ou sertralina demonstra uma realidade em que o acesso à informação não necessariamente se traduz em autocuidado efetivo.

Em outro contexto, pesquisas como as de Cavalcanti, Barbosa e Barroso (2023) identificam falhas no processo de prescrição e acompanhamento, revelando que a indicação inadequada de medicamentos e a automedicação persistem como

desafios éticos e legais. Já Lima, Silva e Andrade (2024) salientam que a intensificação desse consumo está articulada ao avanço da medicalização social, em que sentimentos e dificuldades emocionais são convertidos em quadros clínicos que demandariam intervenção medicamentosa, ainda que alternativas psicossociais fossem suficientes em muitos casos.

No ambiente laboral, Gomes, Galvão e Lima (2025) mostram que o uso de antidepressivos está frequentemente associado a condições de trabalho desgastantes e relações interpessoais conflituosas, reforçando a interdependência entre saúde mental e organização do trabalho. A prevalência do uso de psicofármacos entre trabalhadores indica que o sofrimento psíquico ultrapassa a esfera individual e reflete condições estruturais muitas vezes pouco discutidas.

Por fim, o estudo de Scolari, Rocha e Hebeda (2025) oferece uma visão detalhada do impacto do contexto de transição para a vida adulta, evidenciando altas taxas de ansiedade, sintomas depressivos e uso de psicotrópicos entre estudantes de medicina. Apesar de a psicoterapia ser utilizada por grande parte dos participantes, o recurso aos antidepressivos e, em menor proporção, aos benzodiazepínicos demonstra que a sobrecarga emocional vivenciada por esse grupo supera, muitas vezes, as estratégias não farmacológicas disponíveis.

Em conjunto, essas obras convergem para a compreensão de que o consumo de psicotrópicos é um fenômeno complexo, que não se reduz à presença de sintomas clínicos, mas envolve pressões acadêmicas, condições de trabalho, expectativas sociais e lacunas nos serviços de saúde mental. Os resultados reforçam a necessidade de estratégias integradas, que considerem não apenas o tratamento medicamentoso, mas também ações de prevenção, promoção do bem-estar emocional, fortalecimento do vínculo terapêutico e ampliação do acesso a intervenções psicossociais. Somente por meio dessa abordagem plural é possível enfrentar os fatores que sustentam o uso crescente de antidepressivos e ansiolíticos na contemporaneidade.

3.2 Consequências físicas e psicológicas decorrentes do consumo dessas substâncias

A segunda etapa da pesquisa abordou as consequências físicas e psicológicas associadas ao consumo prolongado de antidepressivos e ansiolíticos entre os jovens. A seguir, são apresentados no Quadro 2, os resultados alcançados com a revisão de literatura realizada em 6 (seis) obras, bem como, uma respectiva discussão.

Quadro 2 - Consequência do uso excessivo de medicamentos.

Autor/Ano	Concepção	Resultados
Rodrigues et al. (2020).	O consumo inadequado de psicotrópicos pode agravar transtornos psicológicos preexistentes.	O uso excessivo resulta em dificuldades cognitivas, como perda de memória e concentração, agravando transtornos de ansiedade e gera dependência psicológica em muitos usuários.
Santos, Paula & Carvalho (2020).	A falta de controle no consumo de antidepressivos e ansiolíticos pode levar à crise de abstinência e efeitos rebote.	Antidepressivos são medicamentos utilizados a fim de restaurar pacientes mentalmente deprimidos a um estado mental melhorado, reduzindo a intensidade dos sintomas. No entanto, em estudos realizados com pacientes que fazem uso destes medicamentos, observou-se uma elevação no risco de ideação suicida, tentativas de suicídio e autolesões não fatais.
Nunes (2021).	Uso excessivo de antidepressivos e ansiolíticos pode comprometer a saúde física e mental.	Evidência de efeitos adversos à saúde de 33,4% dos pacientes, como fadiga crônica e alterações hormonais entre jovens usuários.
Silva (2021).	O uso excessivo de ansiolíticos pode levar a quadros de dependência e à necessidade de aumento de dosagem.	Aumento na dosagem de lorazepam devido à perda de efeito ao longo do tempo, exacerbando os efeitos adversos.
Santos, Góes & Marquez (2022).	O uso indiscriminado de ansiolíticos pode desencadear quadros de depressão e alterações de humor.	Relatos de jovens apresentando sintomas de depressão e distúrbios emocionais devido ao consumo excessivo de lorazepam.
Santiago, Lucena & Araújo (2023).	O uso contínuo de benzodiazepínicos pode prejudicar a qualidade de vida, afetando a socialização e o trabalho.	Jovens apresentaram dificuldades em suas interações sociais e desempenho profissional devido ao uso excessivo de lorazepam.

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

Os estudos analisados convergem ao evidenciar que o uso inadequado, excessivo ou prolongado de psicotrópicos entre jovens representa um problema crescente, impactando tanto a saúde mental quanto a saúde física. De forma geral, todas as obras apontam para um padrão semelhante: a automedicação, o uso sem acompanhamento adequado e o aumento progressivo das doses contribuem para agravos significativos no bem-estar dos usuários.

Rodrigues et al. (2020) destacam que o consumo inadequado de psicotrópicos pode intensificar transtornos psicológicos já existentes, como ansiedade e dificuldades cognitivas. Essa constatação é corroborada por Silva (2021), cujo estudo mostra que o uso prolongado de ansiolíticos leva à perda de efeito terapêutico, exigindo aumento de dosagem, processo que, além de intensificar dependência, também agrava sintomas como sonolência e prejuízos cognitivos.

Em linha semelhante, Santos, Paula e Carvalho (2020) reforçam que o uso descontrolado de antidepressivos e ansiolíticos pode resultar em crises de abstinência, efeitos rebote e maior risco de ideação suicida, especialmente em indivíduos jovens. Esses achados dialogam com os resultados de Nunes (2021), que identificou efeitos adversos em 33,4% dos pacientes analisados, incluindo fadiga crônica e alterações hormonais, sugerindo que o impacto dos psicotrópicos ultrapassa o campo da saúde mental e alcança dimensões fisiológicas importantes.

Além disso, os estudos de Santos, Góes e Marquez (2022) e Santiago, Lucena e Araújo (2023) reforçam que o consumo excessivo, especialmente de benzodiazepínicos como o lorazepam, está diretamente associado a alterações de humor, sintomas depressivos e prejuízos na qualidade de vida. Ambos os estudos documentam comprometimentos na socialização, na produtividade e no equilíbrio emocional, mostrando que os efeitos ultrapassam o indivíduo e impactam suas relações sociais e profissionais.

Por fim, ampliam a compreensão do fenômeno ao demonstrar que muitos jovens fazem uso simultâneo de múltiplos psicotrópicos, como escitalopram, clonazepam, litio e alprazolam, por períodos que variam de meses a anos. A polifarmácia, segundo os autores, intensifica riscos como sonolência excessiva e comprometimento da coordenação motora, corroborando os achados de Rodrigues et al. (2020) sobre prejuízos cognitivos e reforçando a necessidade de monitoramento rigoroso.

3.3 Estratégias de prevenção e conscientização sobre os riscos

A terceira etapa da pesquisa abordou as estratégias de prevenção e conscientização sobre os riscos do uso indevido de antidepressivos e ansiolíticos no Brasil. No Quadro 3, são apresentados 5 (cinco) estudos/obras com os principais resultados encontrados.

Quadro 3 - Estratégias de prevenção e conscientização.

Autor/Ano	Estratégias	Resultados
Carvalho (2020).	Criar um protocolo para dispensação e prescrição desses medicamentos, realizar referência e contra-referência, conscientizar profissionais e pacientes quanto aos riscos potenciais dessas drogas e consequentemente melhor qualidade de vida e saúde para a população.	Foi realizado planejamento estratégico situacional, que possibilitou identificar os nós críticos e os recursos disponíveis, bem como elaborar o desenho das ações, em seguida o projeto.
Silva & Alvim (2020).	Campanhas de sensibilização nas universidades podem reduzir o consumo excessivo de ansiolíticos	Jovens que participaram de workshops educativos apresentaram maior conscientização sobre os riscos do uso de antidepressivos.
Wilkon, Rufato & Silva (2021)	A regulação mais severa do acesso aos psicotrópicos é uma estratégia necessária para prevenir o abuso.	A implementação de regulamentos mais restritivos nas farmácias e hospitais resultou em menor acesso indevido a antidepressivos.
Silva et al. (2024).	A regulação e o controle da prescrição de psicotrópicos são necessários para evitar o abuso entre os jovens.	Políticas públicas mais rigorosas, como maior controle na prescrição de ansiolíticos, podem mitigar o abuso.

Custódio, Cancian & Malacarne (2025).	A educação sobre os riscos do consumo de psicotrópicos deve ser um componente central da formação acadêmica.	O treinamento de profissionais da saúde e a educação sobre o uso responsável de medicamentos foi eficaz em algumas instituições.
---------------------------------------	--	--

Organização: Autora (2025).

Os estudos analisados revelam a convergência de estratégias voltadas à redução do uso inadequado de psicotrópicos entre jovens, com foco predominante em ações educativas, regulamentação da prescrição e fortalecimento do acompanhamento em saúde. Carvalho (2020) destaca a construção de um protocolo estruturado para a dispensação e prescrição desses medicamentos, fundamentado em planejamento estratégico situacional. O estudo evidencia que a identificação de nós críticos e recursos institucionais permite organizar ações de forma sistematizada, apontando para a necessidade de intervenções planejadas e contínuas.

A relevância das ações educativas é reforçada por vários autores. Silva e Alvim (2020), que observaram maior conscientização entre jovens após participarem de workshops de sensibilização. De forma complementar, ampliam essa perspectiva ao indicar que a incorporação de conteúdos sobre riscos de psicotrópicos nos currículos escolares contribui para a redução do uso entre adolescentes, sugerindo que intervenções educativas são eficazes em diferentes níveis de formação.

Outra vertente evidenciada nos estudos refere-se ao fortalecimento das políticas regulatórias. Wilkon, Rufato e Silva (2021) relatam que o endurecimento das regras de acesso em farmácias e hospitais reduziu o uso indevido de antidepressivos. Achado semelhante é apresentado por Silva et al. (2024), ao apontar que maior controle sobre a prescrição se mostra eficaz para mitigar o abuso de ansiolíticos entre jovens. Esses resultados indicam que medidas regulatórias, quando articuladas com ações de educação e acompanhamento, produzem efeitos concretos na prevenção do uso inadequado.

Além disso, iniciativas de suporte psicológico também se mostraram relevantes. A ampliação de programas de apoio nas instituições de ensino favorece a redução do uso de ansiolíticos, evidenciando que o acolhimento profissional contribui para o manejo de demandas emocionais sem a necessidade de recorrer ao uso de medicamentos. Por fim, Custódio, Cancian e Malacarne (2025) ressaltam que a formação acadêmica de profissionais da saúde deve incluir conteúdos sobre riscos e uso responsável de psicotrópicos, uma vez que instituições que adotaram essa abordagem obtiveram resultados positivos.

De modo geral, os resultados indicam que ações educativas, regulação rigorosa e suporte psicológico constituem estratégias complementares, e sua implementação integrada tende a produzir impactos mais consistentes na prevenção do uso inadequado de psicotrópicos entre jovens.

4. Considerações Finais

O período compreendido entre 2020 e 2025 foi marcado por um aumento expressivo no consumo de antidepressivos no Brasil, evidenciando um fenômeno de grande relevância para a saúde pública. Esse crescimento reflete transformações significativas no perfil epidemiológico da população e na forma como o sofrimento psíquico tem sido abordado pelos serviços de saúde. A ampliação das prescrições, embora represente o reconhecimento dos transtornos mentais e o avanço dos diagnósticos clínicos, suscita preocupações quanto ao uso excessivo e, em alguns casos, inadequado desses medicamentos.

O impacto da pandemia de COVID-19 configurou-se como um dos principais fatores para a intensificação desse cenário. O isolamento social, a instabilidade econômica e a ruptura de vínculos afetivos e profissionais contribuíram de forma expressiva para o aumento dos quadros de ansiedade e depressão. Nesse contexto, os antidepressivos tornaram-se uma das principais respostas terapêuticas à demanda emergente por tratamento. Contudo, a medicalização do sofrimento humano emergiu como um fenômeno preocupante, indicando a necessidade de estratégias mais integradas e sustentáveis de cuidado em saúde mental.

Os dados disponíveis apontam que o perfil dos usuários de antidepressivos no país é majoritariamente composto por mulheres, adultos jovens e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que reforça desigualdades estruturais de gênero e renda no acesso aos serviços de saúde. A predominância de prescrições realizadas por médicos generalistas, especialmente em regiões com escassez de psiquiatras, contribui para o uso prolongado e muitas vezes não supervisionado desses fármacos. Esse cenário demanda uma reorganização do cuidado farmacoterapêutico e uma maior presença de práticas de farmacovigilância nos territórios.

Diante desse panorama, propõe-se o fortalecimento das intervenções farmacêuticas nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), com ênfase na farmacovigilância ativa e no acompanhamento clínico sistemático dos pacientes em uso contínuo de antidepressivos. O farmacêutico clínico pode atuar de forma integrada à equipe multiprofissional, realizando revisões de tratamentos, identificando potenciais interações medicamentosas, monitorando reações adversas e orientando sobre o uso seguro e racional dos psicotrópicos. Essa atuação contribui não apenas para a eficácia terapêutica, mas também para a prevenção de danos relacionados ao uso inadequado.

Outra medida concreta refere-se à ampliação dos sistemas de notificação de reações adversas, incentivando a participação ativa dos farmacêuticos e demais profissionais de saúde na comunicação de eventos ao Sistema Nacional de Farmacovigilância da Anvisa. A adoção de protocolos simplificados e de tecnologias digitais pode facilitar o registro desses dados e aprimorar a vigilância sobre os efeitos a longo prazo dos antidepressivos, especialmente em populações vulneráveis.

Paralelamente, recomenda-se a implementação de programas permanentes de educação em saúde mental nas universidades, especialmente nos cursos da área da saúde. A formação de futuros profissionais deve incluir conteúdos que abordem a racionalidade terapêutica, o uso ético e humanizado de psicofármacos e a importância da escuta qualificada no cuidado ao sofrimento psíquico. Essa estratégia contribui para a formação de profissionais mais sensíveis, críticos e preparados para lidar com a complexidade do sofrimento humano, reduzindo a tendência à medicalização excessiva.

No âmbito comunitário, é essencial promover ações de educação em saúde voltadas à população, por meio de oficinas, grupos de apoio e campanhas de conscientização. Tais ações podem esclarecer sobre os benefícios e riscos do tratamento medicamentoso, estimular o autocuidado e o protagonismo do paciente, e valorizar alternativas complementares, como o acompanhamento psicológico e as práticas integrativas em saúde.

Em síntese, o enfrentamento do uso inadequado de antidepressivos requer uma abordagem intersetorial e humanizada, que une vigilância, educação e cuidado clínico. O farmacêutico, inserido de forma ativa na rede de atenção à saúde mental, desempenha papel essencial nesse processo, atuando como agente de segurança terapêutica e de promoção do uso racional de medicamentos. Consolidar uma cultura de farmacovigilância ativa e de cuidado integral é, portanto, um passo decisivo para fortalecer a qualidade e a ética da assistência em saúde mental no Brasil.

Desse modo, recomenda-se que estudos futuros aprofundem a investigação sobre os impactos a longo prazo do uso contínuo de antidepressivos e ansiolíticos, considerando aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais. É relevante, ainda, explorar a relação entre políticas públicas, condições socioeconômicas e acesso à saúde mental no Brasil, com vistas a compreender como esses fatores interagem na dinâmica do uso medicamentoso.

Referências

- Alencar, A. P. L., Holanda, P. L., & de Oliveira Junior, E. R. (2022). *O uso de antidepressivos e ansiolíticos por acadêmicos dos cursos da saúde: Em uma visão farmacêutica*. Revista Científica da UniMais, 19(1).
- Andrade, S. M. de, et al. (2020). *Uso crônico e indiscriminado de benzodiazepínicos: Uma revisão de literatura*. Research, Society and Development, 9(7), e317973954.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. *Saúde mental no Brasil: indicadores e dados epidemiológicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 29 out. 2025.

Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). *Relatório de Farmacovigilância: notificações de reações adversas a medicamentos no Brasil (2020–2023)*. Brasília: ANVISA, 2023.

Cabral, C. M. C., Coelho, V. A. T., Lacerda, L. G., & Mendes, R. F. (2020). *Consumo elevado de antidepressivos e suas motivações*. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 1(1).

Carvalho, L. F. (2020). *Saúde mental em foco: Projeto de intervenção para a redução do uso indiscriminado de benzodiazepínicos e antidepressivos pela população da Equipe de Saúde da Família São Francisco em Passos/MG*.

Cavalcanti, E. B., Barbosa, A. C. E., & Barroso, V. B. A. (2023). *O aumento do consumo de antidepressivos por jovens: Uma análise dos aspectos legais e éticos*. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 12(1). <http://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1726>

Custódio, D. L. V., Cancian, Q. G., & Malacarne, V. (2025). *Impactos da vida acadêmica: Saúde mental e uso de psicofármacos entre estudantes de enfermagem*. Revista Brasileira de Iniciação Científica, e025003. <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/2025>

Gomes, R. D. C. S., Galvão, J. G. F. M., te Lima, F. S. V., & Araújo, D. I. A. F. (2025). *Incidência do uso de antidepressivos e ambiente de trabalho: Revisão integrativa*. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, 7(1), 1–17.

INSTITUTO IQVIA. Mercado farmacêutico brasileiro: tendências em medicamentos para saúde mental (2020–2024). São Paulo: IQVIA Institute, 2024.

Lima, P. T. S., Silva, M. S. da, & Andrade, L. G. de. (2024). *O aumento do consumo de antidepressivos nos últimos tempos*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 10(10), 4604–4613. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16339>

Neri, J. V. D., Teston, A. P. M., & de Araújo, D. C. M. (2020). *Uso de ansiolíticos e antidepressivos por acadêmicos da área da saúde: Uma revisão bibliográfica*. Brazilian Journal of Development, 6(10), 75673–75686.

Nunes, F. P. A. D. S. (2021). *Cuidado farmacêutico em pessoas com transtorno depressivo: Análise da efetividade no tratamento*.

Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.

Rodrigues, P. S., et al. (2020). *Uso e fontes de obtenção de psicotrópicos em adultos e idosos brasileiros*. Ciência & Saúde Coletiva, 25, 4601–4614. <https://www.scielo.br/j/csc/a/TPshKZqHqXpNKnQyDptcKey>

Santiago, C. O. A. A., Lucena, E. S. N., & Araújo, A. A. de. (2023). *Perfil do consumo dos benzodiazepínicos nos anos de 2019 e 2020 no Brasil e regiões*. Revista Ciência Plural, 9(2), 1–19. <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/30803>

Santos, D. M. dos, Góes, M. A. S. de, & Marquez, C. O. (2022). *O uso excessivo de antidepressivos e ansiolíticos entre adolescentes e jovens*. Research, Society and Development, 11(13), e185111335261. <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/35261>

Santos, P. R. P., Paula, S. P., & de Carvalho, C. R. (2020). *O uso de antidepressivos e sua possível influência na manifestação de comportamento suicida*. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, 3(7), 676–683.

Scolari, L., da Rocha, F. R., Hebeda, C. B., & D'Agostini, J. E. L. (2025). *Prevalência e fatores associados ao uso de antidepressivos e benzodiazepínicos em estudantes de uma faculdade de medicina*. Revista Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva da Unesc, 5(1), 53–70.

Silva, I. A., & Alvim, H. G. O. (2020). *A história dos medicamentos e o uso das fórmulas: A conscientização do uso adequado*. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, 3(7), 475–488.

Silva, J. M. (2021). *A fitoterapia no controle da ansiedade*. RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber, 1(12), 207–230. <https://submissoesrevistacientificaosaber.com/index.php/rmos/article/view/210>

Silva, L. B. da, et al. (2024). *Automedicação e o uso indiscriminado de psicotrópicos entre jovens*. Revista Multidisciplinar em Saúde, 5(2), 12–19. <https://editoraintegrar.com.br/publish/index.php/rems/article/view/4203>

Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. Journal of Business Research, 104, 333–9. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>.

Souza, M. S. P., et al. (2021). *Uso de antidepressivos e ansiolíticos entre estudantes do curso de farmácia em uma instituição privada e uma pública do interior da Bahia*. Research, Society and Development, 10(8), e29610817177. <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/17177>

Teles, R. A. et al. Dispensação de psicotrópicos durante a pandemia de COVID-19: análise do SNGPC e DATASUS (2019–2022). *Cadernos de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, p. 205–214, 2022.

Tiguman, R. et al. Prevalência e fatores associados ao uso de antidepressivos no Brasil: revisão sistemática e metanálise. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 26, e230004, 2023.

Wilkon, N. W. V., Rufato, F. D., & Silva, W. R. da. (2021). *O uso de psicofármacos em jovens universitários*. Research, Society and Development, 10(17), e79101724472. <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/24472>